



Autor
Rafael Vêras de Freitas

CONCESSÃO DE RODOVIAS

Área específica
Direito Administrativo.

Áreas afins
Direito da Infraestrutura.

Público-alvo/consumidores
Advogados de empresas que atuam no setor de infraestrutura; agentes governamentais.

As publicações do Professor Rafael Veras são daquelas que despertam no leitor o desejo por conhecer outros dos seus trabalhos. São arejadas, contemporâneas e redigidas com uma linguagem clara e direta – a exemplo do que vemos no presente livro. A obra traz, de forma sistematizada, as grandes questões envolvendo o universo das concessões, em especial, as concessões rodoviárias no Brasil. Esse é um setor que sofreu diversas transformações nas últimas décadas, e que ainda hoje tem atraído a atenção do legislador, das autoridades governamentais, de estudiosos e de importantes atores do mercado em âmbito nacional e internacional. Para qualquer um deles que desejar compreender os desafios, assim como as questões jurídicas e as recentíssimas alterações legislativas e institucionais implementadas no País, a leitura deste livro é mandatória. E será extremamente recompensadora.

Marco Aurélio de Barcelos Silva

*Secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal – PPI.
Professor do Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP.*

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001192

F762c

Freitas, Rafael Vêras de

Concessão de rodovias / Rafael Vêras de Freitas.– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

277 p.

ISBN: 978-85-450-0403-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito da Infraestrutura. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FREITAS, Rafael Vêras de. Concessão de rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 277 p. ISBN 978-85-450-0403-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Floriano de Azevedo Marques Neto11

APRESENTAÇÃO

Carlos Ari Sundfeld15

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 1

A CONCESSÃO DE RODOVIAS: HISTÓRICO, NATUREZA JURÍDICA E FORMAS DE DELEGAÇÃO 23

1.1 Breve histórico a propósito das concessões de rodovias no Brasil e suas formas de financiamento 23

1.2 A concessão de rodovia 29

1.2.1 A concessão de rodovia configura-se monopólio natural? 29

1.2.2 Da natureza jurídica da concessão de rodovias: concessão de uso x concessão de serviço público 40

1.3 Os convênios de delegação da infraestrutura rodoviária 48

CAPÍTULO 2

O REGIME JURÍDICO DA REMUNERAÇÃO DO CONCESSIONÁRIO DE RODOVIA 65

2.1 A natureza jurídica do pedágio 65

2.2 Valores diferenciados de pedágios 72

2.2.1 O regime jurídico da diferenciação tarifária 72

2.2.2 O regime jurídico das isenções tarifárias 81

2.3 Receitas extraordinárias nas concessões de rodovias 85

2.4 Das controvérsias a propósito da exploração da faixa de domínio das rodovias 97

CAPÍTULO 3

O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS CONCESSÕES DE RODOVIAS 107

3.1	Os aspectos políticos dos contratos de concessão de rodovias.....	107
3.2	A convergência de interesses e a incompletude dos contratos de concessão.....	112
3.3	O equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão e suas peculiaridades em face da lógica econômica prevista na Lei nº 8.666/1993.....	116
3.4	Os riscos nas concessões de rodovias	121
3.5	Limites à alteração do contrato de concessão de rodovia	134
3.6	As peculiaridades do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão de rodovia: indicadores de desempenho, desconto de equilíbrio e gatilhos de investimentos	140
3.7	Controvérsias sobre a aplicação do fluxo de caixa marginal	157

CAPÍTULO 4

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTO (PPI)167

4.1	A justificativa da instituição do PPI.....	167
4.2	A incidência do PPI.....	169
4.3	Objetivos do PPI	173
4.3.1	Garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas	173
4.3.2	Promover a ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços	178
4.3.3	Assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e nos investimentos	188
4.3.4	O dever de planejamento no âmbito do PPI.....	193
4.3.5	O fortalecimento das agências reguladoras.....	198
4.3.6	Liberação conjunta	203

CAPÍTULO 5

DAS NOVAS ESPÉCIES DE PRORROGAÇÕES E A

RELICITAÇÃO

5.1	Das justificativas para a edição da Lei nº 13.448/2017.....	209
5.2	O novo regime das prorrogações contratuais	210
5.3	Da relicitação.....	218
5.4	O novo regime dos contratos de parceria – contratos de longo prazo x contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993.....	223
5.4.1	Não incidência dos limites previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.....	223
5.4.2	Da previsibilidade para a adoção de mecanismo do fluxo de caixa marginal para fins de reequilíbrio.....	228
5.4.3	Da desvinculação do prazo para a exploração de receitas extraordinárias	231
5.4.4	Da autorização para a celebração de acordos substitutivos.....	234
5.5	Da utilização de arbitragem em contratos de longo prazo	240
5.5.1	Do papel do árbitro na aferição do equilíbrio econômico-financeiro	247
5.5.2	Do papel do árbitro na aferição de indenização	250
5.5.3	Do papel do árbitro na aferição do inadimplemento contratual.....	259

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS.....